



O DOPS-MG e seus Documentos-Monumentos

Guilherme Costa Pimentel

Introdução

Todo documento é produzido com algum propósito, pois, emana os ideais daqueles que o produziram, defende uma visão de mundo e, por conseguinte, posiciona-se de modo contrário a algum projeto. Logo, não existe documento neutro, imparcial e inócuo, pois todos representam o projeto social daqueles que o elaboraram. Neste sentido, documento algum é destruído ou conservado por simples acaso. Pelo contrário, são produzidos e conservados para legar à posteridade a visão de mundo de seus autores. Portanto, os documentos também são monumentos, pois são verdadeiras construções destinadas à posteridade [1]. Exemplo claro deste argumento são os documentos da polícia política mineira, o DOPS-MG.

Material e métodos

O acesso à documentação do DOPS-MG é franqueado à consulta pública, estando disponível também pela internet através do site do Arquivo Público Mineiro. Significativa parcela da documentação pesquisada foi rotulada como secreta, sigilosa ou confidencial. Nomes de autoridades policiais e investigadores que presidiram inquéritos, efetuaram prisões, buscas e apreensões, etc., permeiam os documentos pesquisados. Não se verifica, porém, em meio àquela documentação, datada do período anterior ou posterior a 1964, referências à transgressão ao direito.

A documentação analisada, especialmente os depoimentos contidos nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) apresentam algumas peculiaridades que se resumem à tentativa dos militares de construir documentos que transbordam procedimentos legais. Os documentos produzidos, especialmente os inquéritos, deixam claro que não houve emprego de coação física ou psicológica, que os depoentes assinaram seus depoimentos somente após os terem lido e estarem de acordo com o conteúdo dos mesmos. Há também a presença de testemunhas, a maioria delas militares, que acompanhavam aqueles depoimentos e os assinavam atestando a veracidade das informações ali contidas, especialmente a observância dos direitos humanos do interrogados. Tais características são comuns à documentação anterior e posterior a 1964.

Resultados

Portanto, um aspecto bastante curioso é a solução de continuidade entre os documentos produzidos antes e após 1964. São documentos que trazem fórmulas prontas, transcritos na terceira pessoa e em jargão policial. Espantoso é, todavia, por que um regime autoritário produzia documentos? Por que estes transmitem a impressão de que seus autores eram fiéis observadores dos direitos humanos? Aliás, por que um regime autoritário, que produzia suas próprias leis, se daria ao trabalho de produzir documentos? Por que se daria ao trabalho de colher depoimentos, expedir mandatos, levar acusados a julgamento, etc.?

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A resposta para esta questão passa pelo empenho daquele regime, durante toda a sua vigência, em buscar a legitimidade de suas ações. O regime que se instaurou no Brasil em 31 março de 1964 desejava ser obedecido não apenas pela força, mas também pelo consenso, desejou ser, legal, legítimo e apresentar uma fachada democrática [1]. Estes aspectos se refletem nos documentos do pós-golpe civil-militar de 1964. Tais documentos se apresentam enquanto os governos militares se apresentaram à sociedade: como obedientes aos procedimentos legais e reféns da legitimidade.

Portanto, não é coincidência que os documentos do fundo/coleção DOPS tenham sido conservados e estejam abertos à consulta pública. Embora sejam documentos rotulados como secretos e confidenciais, o que foi conservado, não incrimina seus autores, pelo contrário, os apresenta como guardiões da legalidade. É uma documentação comprometida com um projeto de sociedade e reflexo deste projeto. Portanto, assim como os monumentos, que são construções destinadas à posteridade e que informam ao presente o projeto e os valores daqueles que os construíram, os documentos também pode ser considerados monumentos.



Referências

- [1] LE GOFF, Jacques. História e memória. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. 523 p. (Coleção repertórios)
- [2] ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005. 424 p. (Coleção História).